



**CADERNO DE QUESTÕES - INSTRUÇÕES**

**SEJA BEM-VINDO! ANTES DE INICIAR A PROVA, LEIA ATENTAMENTE AS SEGUINTE INSTRUÇÕES!**

→ **DEIXE SOBRE A MESA** apenas o Caderno de Questões, o Cartão de Respostas, caneta esferográfica (azul ou preta); todos os demais objetos devem ser colocados abaixo da mesa ou em local indicado pelo FISCAL DE PROVA.

→ **NÃO É PERMITIDO** a consulta ou o uso de livros, códigos, dicionários, apontamentos, apostilas, lápis, borracha, réguas, compassos, calculadoras, bips, notebooks, tablets, fone de ouvido; portar armas no local de realização das provas; levantar-se; fumar; comunicar-se ou tentar visualizar o Caderno de Questões ou o Cartão de Respostas de outro candidato; portar telefones celulares, relógio de pulso ou equipamentos similares sem que os mesmos tenham tido a bateria retirada ou tenham sido desligados (inclusive despertador), acondicionados e lacrados no invólucro de segurança (o telefone celular não poderá emitir qualquer sinal sonoro durante a realização das provas); outras atitudes incompatíveis com o ambiente de realização das provas; caso necessário utilizar o sanitário, solicite ao Fiscal de Prova, que designará um Auxiliar de Coordenação para acompanhá-lo, devendo no percurso permanecer em silêncio. Na inobservância de tais condutas o Fiscal de Prova recolherá a prova e o candidato será **DECLASSIFICADO**.

→ Confira o **CADERNO DE QUESTÕES** antes de começar a resolução; verifique no cabeçalho de todas as folhas se a prova corresponde ao cargo/função para o qual você se inscreveu; verifique se o caderno contém **25 questões** objetivas de múltipla escolha; por fim, verifique se não houve alguma falha de impressão que prejudique a leitura do texto, gráficos ou ilustrações; caso necessário solicite ao Fiscal de Prova que substitua o Caderno de Questões. Você deverá entregar o Caderno de Questões ao final da prova, juntamente com o Cartão de Respostas.

→ Confira os seus dados no **CARTÃO DE RESPOSTAS**; havendo divergências, ou se o mesmo não lhe pertencer, informe ao Fiscal de Prova, que providenciará os ajustes necessários. As questões deverão ser respondidas no Cartão de Respostas, preenchendo-se totalmente o campo indicativo da letra correspondente à opção de resposta escolhida com caneta esferográfica azul ou preta; não use "X" ou outro tipo de marcação; se você assinalar mais de uma alternativa, a questão será considerada errada; não rasure, não amasse, não perfure e nem preencha a lápis o Cartão de Respostas, caso contrário, a resposta será anulada. Veja a seguir um exemplo de como devem ser assinaladas as respostas:

1	A		C	D
2	A	B	C	

→ Utilize o Rascunho do Cartão de Respostas no verso desta página para assinalar as suas respostas antes de transcrevê-las para o Cartão de Respostas definitivo. Ao final da prova você destacará esta folha e levará consigo para efetuar a conferência com o gabarito da prova. **1**

→ **A DURAÇÃO DA PROVA** é de **2 horas**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento do Cartão de Respostas. A prova poderá ser entregue somente depois de **1 hora** do seu início; os últimos candidatos a entregarem as provas, sendo no mínimo dois, permanecerão na sala para efetuar, com o Fiscal de Prova, a lacração do envelope contendo os Cartões de Respostas.

→ O Fiscal de Prova não está autorizado a emitir opinião nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. A interpretação das questões faz parte do processo de avaliação, cabendo única e exclusivamente ao candidato deliberar sobre as respostas; caso queira efetuar alguma manifestação de qualquer espécie, deverá lavrá-la na **ATA DE PROVA** ao final da prova, no momento da entrega do seu Cartão de Respostas.

→ **A partir das 18 horas do dia 01 de julho de 2019** o candidato poderá consultar o **Gabarito** no site [www.publicconsult.com.br](http://www.publicconsult.com.br).

→ **RECURSOS** em relação ao gabarito ou às questões da prova deverão ser impetrados nos dias **02 e 03 de julho de 2019**, na **Sede Casa dos Conselhos, na Rua dos Metalúrgicos, nº 77, Centro, das 09h00 às 12h00**.

→ Estima-se a divulgação da **CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA DA PROVA OBJETIVA** para o dia **05 de julho de 2019 (6ª feira)**, a partir das 20h00. O gabarito, os resultados dos recursos, as convocações, os resultados intermediários e a classificação final serão disponibilizados no site [www.publicconsult.com.br](http://www.publicconsult.com.br) e no quadro de avisos da **Sede Casa dos Conselhos do Município de CRUZEIRO**. Não serão informados resultados por telefone ou qualquer outro meio que não o ora indicado.

(Veja no verso instruções sobre o rascunho e o preenchimento do cartão de respostas) → → → → → → → → → → → → → → →



RASCUNHO DO CARTÃO DE RESPOSTAS

- Utilize este rascunho para marcar as respostas antes de transcrevê-las definitivamente para o Cartão de Respostas.
- Ao final da prova você deverá destacar esta folha e levar consigo para efetuar a conferência com o Gabarito.
- Não se esqueça de entregar o restante do Caderno de Questões juntamente com o Cartão de Respostas definitivo ao Fiscal da Prova
- NÃO SE ESQUEÇA DE ASSINAR O CARTÃO DE RESPOSTAS DEFINITIVO, caso não o faça, isso ocasionará a sua DESCLASSIFICAÇÃO.

	(A)	(B)	(C)	(D)
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				

	(A)	(B)	(C)	(D)
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				
26				
27				
28				
29				
30				
31				
32				
33				
34				
35				



PROVA de MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR

LÍNGUA PORTUGUESA

⇒ Leia o texto seguinte e responda as questões de 1 a 10:



1 - A pergunta de Mafalda, no 1º quadrinho, poderia ser reformulada, sem perder o sentido, por:

- (A) De onde viemos?
- (B) De onde vêm os bebês?
- (C) Existe vida após a morte?
- (D) Qual o sentido da vida?

2 - O 3º quadrinho não apresenta nenhuma fala ou diálogo. Isto significa:

- (A) Que a resposta da mãe foi tão objetiva que não restou nenhuma dúvida à Mafalda.
- (B) Que a mãe não entendeu a pergunta de Mafalda.
- (C) Que Mafalda fez uma pausa para meditar sobre a resposta da mãe.
- (D) Que uma estava esperando a outra falar primeiro.

3 - A palavra "senso", no último quadrinho, significa o mesmo que:

- (A) Capacidade
- (B) Falta
- (C) Vontade
- (D) Medo

4 - Quantas frases do texto terminam com um ponto de exclamação?

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 3
- (D) 4

5 - O sujeito da frase do primeiro quadrinho é:

- (A) Mãe
- (B) Pra que
- (C) A gente
- (D) Mundo

6 - Quantos verbos aparecem em todo o texto?

- (A) 5
- (B) 6
- (C) 7
- (D) 8

7 - A divisão das sílabas está correta em:

- (A) Mã - e
- (B) Tin - ha
- (C) Di - sse
- (D) Me - lhor

8 - A palavra "trabalhar", é:

- (A) Oxítone
- (B) Paroxítone
- (C) Proparoxítone
- (D) Polissílabo

9 - A palavra do texto que apresenta um ditongo é:

- (A) Mãe
- (B) Pra
- (C) Um
- (D) Sua

10 - A palavra do texto que apresenta um hiato é:

- (A) Mãe
- (B) Pra
- (C) Um
- (D) Sua



PROVA de MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR

LEGISLAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

11 - Com relação ao Conselho Tutelar no âmbito do município de Cruzeiro, pode-se afirmar:

- 1 - Será composto por cinco (5) membros, escolhidos pela comunidade local.
- 2 - Os conselheiros terão mandato de três (3) anos.
- 3 - Não é permitida a recondução ou reeleição dos conselheiros.

(Fonte: Lei Municipal nº 3.577/2003 - "Dispõe sobre a revitalização do Conselho Tutelar de Cruzeiro na forma que menciona e dá outras providências", art. 2º)

De acordo com a lei referenciada, estão corretos os itens:

- (A) 1 e 2, apenas.
- (B) 1 e 3, apenas.
- (C) 2 e 3, apenas.
- (D) 1, 2 e 3.

12 - É vedado aos Conselheiros Tutelares:

1 - Divulgar, por qualquer meio, notícia a respeito de fato que possa identificar a criança, o adolescente, sua família, salvo autorização judicial, nos termos da Lei 8.069/90.

2 - Promover procedimento de apuração de irregularidade em instituição que mantenha atuação voluntária.

3 - Acumular a função de Conselheiro Tutelar com cargos ou funções públicas, mesmo que haja disponibilidade de horário.

(Fonte: Lei Municipal nº 3.577/2003 - "Dispõe sobre a revitalização do Conselho Tutelar de Cruzeiro na forma que menciona e dá outras providências", art. 11)

De acordo com a lei referenciada, estão corretos os itens:

- (A) 1 e 2, apenas.
- (B) 1 e 3, apenas.
- (C) 2 e 3, apenas.
- (D) 1, 2 e 3.

13 - Cada Conselho Tutelar terá um Coordenador e um Secretário-Executivo eleitos por seus pares para mandato de \_\_\_\_\_, com possibilidade de uma reeleição.

(Fonte: Lei Municipal nº 3.577/2003 - "Dispõe sobre a revitalização do Conselho Tutelar de Cruzeiro na forma que menciona e dá outras providências", art. 58)

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna, de acordo com a lei referenciada:

- (A) 6 (seis) meses
- (B) 1 (um) ano
- (C) 2 (dois) anos
- (D) 4 (quatro) anos

14 - Espaço colegiado de caráter deliberativo, composto por delegados governamentais e não governamentais, diretamente ligados à defesa ou ao atendimento dos direitos da criança e do adolescente, todos devidamente credenciados, que se reunirão de acordo com calendário nacional e estadual, sob a coordenação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, mediante regimento próprio:

(Fonte: Lei Municipal nº 4.735/2018 – "Dispõe sobre a política municipal dos direitos da criança e do adolescente, da criação do conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente – CMDCA, e dá outras providências", art. 4º)

- (A) Conselho Tutelar
- (B) Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- (C) Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- (D) Ministério Público da Criança

15 - Sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA – é correto afirmar:

1 - Será composto por 16 (dezesseis) membros, sendo 11 (onze) representantes do Poder Público e 05 (cinco) representantes da Sociedade Civil, sendo que para cada titular haverá um suplente.

2 - Uma das vagas do Poder Público será preenchido por representante da Secretaria Municipal de Educação.

3 - Uma das vagas destinadas à Sociedade Civil será destinada a um representante da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil.

(Fonte: Lei Municipal nº 4.735/2018 – "Dispõe sobre a política municipal dos direitos da criança e do adolescente, da criação do conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente – CMDCA, e dá outras providências", arts. 12, 13 e 14)

De acordo com a lei referenciada, estão corretos os itens:

- (A) 1 e 2, apenas.
- (B) 1 e 3, apenas.
- (C) 2 e 3, apenas.
- (D) 1, 2 e 3.

16 - De acordo com o art. 2º da Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

- (A) Considera-se criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos.
- (B) Considera-se criança a pessoa até 14 anos de idade incompletos.
- (C) Considera-se adolescente a pessoa entre 14 e 18 anos.
- (D) Considera-se adolescente a pessoa entre 12 e 21 anos.



PROVA de MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR

17 - A garantia de prioridade no atendimento dos direitos da criança e do adolescente, disposta no art. 4º do ECA, compreende:

1 - Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.

2 - Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública, exceto nos hospitais da rede pública, onde a primazia é dos maiores de 65 anos e portadores de doenças graves.

3 - Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.

Estão corretas as afirmações contidas:

- (A) 1 e 2, apenas.
- (B) 1 e 3, apenas.
- (C) 2 e 3, apenas.
- (D) 1, 2 e 3.

18 - Caso se verifique que os direitos reconhecidos no ECA forem ameaçados ou violados, a autoridade competente poderá determinar medidas visando preservar estes direitos. Qual das seguintes medidas não é aplicável, segundo o artigo 101 do ECA?

- (A) Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial.
- (B) Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.
- (C) Colocação em família substituta.
- (D) Encaminhamento à tutela de Conselheiro Tutelar, designado mediante termo de responsabilidade, pelo prazo máximo de 120 dias, ou até que se encontre família substituta ou de adoção.

19 - Nos casos de suspensão ou destituição do poder familiar, é correto afirmar, de acordo com o art. 23 do ECA:

- (A) A falta ou carência de recursos materiais pode constituir motivo suficiente para a perda ou suspensão do poder familiar, desde que comprovado o comprometimento da segurança alimentar do menor.
- (B) A falta ou carência de recursos materiais pode constituir motivo suficiente para a perda ou suspensão do poder familiar, apenas nos casos em que o menor for arrimo de família.
- (C) A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar. Não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em serviços e programas oficiais de proteção, apoio e promoção.
- (D) Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente fazer cumprir as determinações judiciais referentes ao dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores.

20 - De acordo com o artigo 130 do ECA, verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar:

- (A) Encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família.
- (B) O afastamento do agressor da moradia comum.
- (C) Encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico.
- (D) Encaminhamento a cursos ou programas de orientação.

21 - São atribuições do Conselho Tutelar, dadas pelo artigo 136 do ECA, EXCETO:

- (A) Atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas de sua competência, entre as quais a obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar.
- (B) Atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas de sua competência, entre as quais a destituição da tutela.
- (C) Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.
- (D) Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

22 - Com relação ao procedimento para imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente, tratado nos artigos 194 e 195 do ECA, é correto afirmar:

- (A) Terá início exclusivamente por representação do Conselho Tutelar, sendo obrigatória a assinatura de três testemunhas, para efeitos de direito.
- (B) Não existe a necessidade de lavratura de auto acerca do evento, caso se apresentem testemunhas ou o exercente do pátrio poder tiver antecedentes criminais.
- (C) O requerido terá prazo de cento e vinte dias para apresentação de defesa, contado da data da intimação.
- (D) A intimação poderá ser feita por via postal, com aviso de recebimento, se não for encontrado o requerido ou seu representante legal.

23 - De acordo com o artigo 250 do ECA, hospedar criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável ou sem autorização escrita destes, ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congênere:

- (A) É considerado infração administrativa, cuja reincidência em período inferior a 30 dias determinará que o estabelecimento será definitivamente fechado e sua licença cassada.
- (B) É considerado crime, cuja pena é a reclusão de três a seis meses.
- (C) É considerada infração administrativa, cuja pena é a aplicação de multa de três a vinte salários de referência.
- (D) É considerado crime, cuja pena é a detenção, de dois a quatro anos.



24 - São considerados crimes praticados contra a criança e o adolescente, na forma dos artigos 228 a 244 do ECA, EXCETO:

- (A) Vender, fornecer ainda que gratuitamente ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente fogos de estampido ou de artifício, exceto aqueles que, pelo seu reduzido potencial, sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida.
- (B) Vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, de qualquer forma, a criança ou a adolescente, bebida alcoólica ou, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica.
- (C) Submeter criança ou adolescente à prostituição ou à exploração sexual.
- (D) Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente.

25 - Conforme o artigo 129 do ECA são medidas aplicáveis aos pais ou responsável, EXCETO:



Estatuto da Criança e  
do Adolescente

- (A) Encaminhamento a cursos ou programas de orientação.
- (B) Advertência.
- (C) Perda da guarda.
- (D) Internação em estabelecimento educacional.